



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS DE NATAL
CURSO DE TURISMO

ALEX ANTÔNIO CÂMARA FERNANDES

**A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA CIDADE DE PUREZA/RN.**

NATAL/RN
2017

ALEX ANTÔNIO CÂMARA FERNANDES

**A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA CIDADE DE PUREZA/RN.**

Monografia, apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, elaborada como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

ORIENTADOR (A): Professora Dra. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel.

NATAL/RN

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

F363i	<p>Fernandes, Alex Antônio Câmara</p> <p>A Influência das Políticas Públicas do Turismo no Desenvolvimento da Atividade Turística na Cidade de Pureza-RN. / Alex Antônio Câmara Fernandes. - Natal-RN, 2017. 73p.</p> <p>Orientador(a): Profa. Dra. Silvana Praxedes de Paiva Gurgel.</p> <p>Monografia (Graduação em Turismo). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.</p> <p>1. Turismo. 2. Políticas Públicas do Turismo. 3. Atividade Turística. 4. Desenvolvimento Local. I. Gurgel, Silvana Praxedes de Paiva. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.</p>
-------	---

À minha família, em especial minha mãe e minha irmã Lorena por toda dedicação e esforço para realização dos meus sonhos, e aos meus amigos (as), por todo amor, convivência, paciência e apoio.

AGRADECIMENTOS

Durante toda a vida criamos objetivos a serem alcançados. Estes objetivos são criados a partir de influências naqueles que estão presente e te apoiando em todos os momentos. Para alcançá-los, estabelecemos metas a serem seguidas, como em uma trajetória escolar, que passamos pelo jardim de infância, alfabetização, ensino fundamental e ensino médio. São ciclos pré-estabelecidos por nossos familiares, até que possamos caminhar com nossas próprias pernas.

Um novo ciclo se iniciou com a aprovação no curso de Bacharelado em Turismo na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, uma longa e enriquecedora jornada. Em primeiro momento a grande felicidade de estar ingressando em uma universidade pública, e em seguida a responsabilidade de estar no comando da realização de um sonho que não era só meu.

Ninguém disse que seria fácil. E realmente não foi! No decorrer do curso, junto com meus colegas Uernianos passamos por grandes provas. Uma delas foi enfrentar a maior greve da história da UERN com 107 dias de luta, por uma universidade de qualidade e pela valorização dos profissionais e estudantes que ela compõe. Nessa jornada pude integrar o movimento estudantil, Centro Acadêmico de Turismo, Diretório Central dos/das Estudantes, que me fortaleceram durante esses anos de realizações e ensinamentos acadêmicos.

Realizo com essa graduação um grande sonho, e nada disso seria possível sem a presença de Deus em minha vida. Creio através dele uma história de vida é criada e pessoas cruzam o seu caminho para te ajudar a trilha-la. Desta forma, Agradeço primeiramente a Ele pelo dom da vida e por toda a minha trajetória trilhada até aqui.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe, exemplo de mulher, que tanto batalhou para me educar e tornar possível os meus sonhos, a minha irmã Lorena por estar sempre presente, me incentivando e dando forças, e aos meus tios, Arandi e Iraci, por me acolherem em sua casa e participarem da minha educação. A vocês todo o meu amor, admiração e gratidão.

Agradeço a Gep Contabilidade, por me proporcionar o primeiro emprego e tornar-me um profissional responsável. Sem essa primeira experiência de trabalho,

eu não conseguiria enxergar o mercado empresarial e adquirir tanta experiência com profissionais que eu tanto admiro.

Agradeço a Inaraí Tour, minha primeira experiência profissional na área do turismo. Obrigado por todo conhecimento repassado. Sou grato por terem me acolhido e por terem contribuído tanto durante minha jornada no curso de turismo, com vocês pude pôr em prática a teoria passada em sala.

Agradeço aos servidores da UERN, em especial ao corpo docente do curso de Turismo que tanto contribuíram para minha construção acadêmica e profissional na área que eu escolhi seguir. Vocês foram responsáveis pela minha permanência e persistência no curso e na universidade. Não deve ser fácil formar pessoas e inseri-las no mercado de trabalho. A vocês toda admiração e gratidão.

Agradeço a Prof^a Dr^a Silvana Praxedes de Paiva Gurgel, minha orientadora. Obrigado por ter me aceitado como orientando e por estar presente sempre que precisei de suas orientações. Sou grato a ti por toda paciência e cuidado na construção deste trabalho, sem você nada disso seria possível.

Agradeço a população purezense e ao entrevistado, representante do poder executivo do município de Pureza/RN. A contribuição de vocês foi crucial para obtenção dos resultados deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos, que de forma direta e indireta estiveram presentes comigo, contribuindo para a realização deste sonho. Em especial agradeço aos meus colegas de curso, vocês se tornaram minha família. Tenho muito orgulho e admiração por cada um de vocês, em suas particularidades, me ajudaram a enxergar o mundo de uma forma mais justa, a respeitar as diferenças e conviver com elas. A nós, todo sucesso!

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar a influência das políticas públicas do turismo no desenvolvimento da atividade turística na cidade de Pureza/RN. No decorrer dos anos, foram desenvolvidos e aperfeiçoados planos e ações para o desenvolvimento da atividade turística, em âmbito nacional, regional, estadual e municipal, por meio de planejamentos e medidas corretivas. Neste contexto, as considerações recaem sobre a análise dos dados obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados utilizados, que foram: As categorias B e C do Inventário da Oferta Turística identificando os atores sociais envolvidos diretamente ao segmento do turismo e realizando o levantamento das potencialidades da cidade; a entrevista ao representante do poder público municipal abordando as ações planejadas para o desenvolvimento turístico local; e a aplicação dos questionários direcionados a população local, com o propósito de saber sua opinião acerca das potencialidades da cidade e viabilidade para o desenvolvimento local através do turismo. A partir dos resultados obtidos, constatamos que a cidade de Pureza/RN já dispõe de serviços operados pelos atores sociais envolvidos diretamente a atividade turística, bem como, dispõe de atrativo natural, atrativos culturais e equipamentos de usufruto da população local e visitantes, embora não apresente uma infraestrutura satisfatória e seja necessária a elaboração e implantação de políticas indutoras do turismo por parte do poder público, uma vez que, não existem planos e ações em execução no município, que por sua população é reconhecido com grandes perspectivas de desenvolvimento local através do turismo.

Palavras Chave: Políticas Públicas do Turismo; Atividade Turística; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The present work sought to analyze the influence of tourism public policies on the development of tourist activity in the city of Pureza / RN. Over the years, plans and actions for the development of tourism activity, at national, regional, state and municipal levels, have been developed and improved through planning and corrective measures. In this context, the considerations are based on the analysis of the data obtained through the data collection instruments used, which were: Categories B and C of the Tourist Supply Inventory identifying the social actors directly involved in the tourism segment and carrying out the survey of the potentialities of the city; the interview with the representative of the municipal public authority addressing the actions planned for the local tourist development; and the application of questionnaires aimed at the local population, in order to know their opinion about the potential of the city and viability for local development through tourism. From the results obtained, we find that the city of Pureza / RN already has services operated by the social actors directly involved in the tourist activity, as well as, it has natural attraction, cultural attractions and usufruct equipment of the local population and visitors, although not satisfactory infrastructure and it is necessary to elaborate and implement tourism-inducing policies by the public power, since there are no plans and actions in execution in the municipality, which by its population is recognized with great perspectives of local development through the tourism.

Keywords: Tourism Public Policies; Tourist Activity; Local Development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CACHOEIRA DA FORMIGA	24
FIGURA 2 – BALNEÁRIO DO SOL	24
FIGURA 3 – LAGOA SANTA	25
FIGURA 4 – LAGOA DE ARITUBA	25
FIGURA 5 – MAPA LIMITES DE MUNICÍPIOS	27
FIGURA 6 – BALNEÁRIO CORONEL ONOFRE JOSÉ SOARES	28
FIGURA 7 – BALNEÁRIO CORONEL ONOFRE JOSÉ SOARES	29
FIGURA 8 – BALNEÁRIO CORONEL ONOFRE JOSÉ SOARES	29
FIGURA 9 – BALNEÁRIO CORONEL ONOFRE JOSÉ SOARES	44
FIGURA 10 – BALNEÁRIO CORONEL ONOFRE JOSÉ SOARES	44
FIGURA 11: GRUPO DE DANÇA: SONHO DE BAILARINA	49
FIGURA 12: PRAÇA 5 DE ABRIL	49
FIGURA 13: ARTESANATO LOCAL	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: MEIOS DE HOSPEDAGEM	36
TABELA 02: ALIMENTOS E BEBIDAS	36
TABELA 03: TRANSPORTES TURÍSTICOS E OUTROS	37
TABELA 04: EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS	37
TABELA 05: SERVIÇOS DE LAZER	38
TABELA 06: EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS COMPLEMENTARES	38
TABELA 07: ATRATIVOS NATURAIS	39
TABELA 08: ATRATIVOS CULTURAIS	39
TABELA 09: ATIVIDADES ECONÔMICAS	40
TABELA 10: EVENTOS PROGRAMADOS	40

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	46
GRÁFICO 02: PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO	47
GRÁFICO 03: PARTICIPAÇÃO DOS GOVERNANTES	47
GRÁFICO 04: DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA	50

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CNTur – Conselho Nacional de Turismo

COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo

CRH - Conselho Regional de Recursos Hídricos

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

INVTUR – Inventário da Oferta Turística

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDITS – Planos de Desenvolvimento Integrados de Turismo Sustentável

PNMT - Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Plano Nacional do Turismo

PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

SETURN – Secretaria do Turismo do Rio Grande do Norte

SINGREH - Sistemas Estaduais e do Distrito Federal de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	17
2.1.1 Políticas Públicas do Turismo no Brasil	18
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	21
2.3 TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	22
2.3.1 Turismo em Áreas de Fontes Hídricas Naturais	23
2.3.2 Legislação: Uso e Ocupação de Solo em Áreas de Fontes Naturas	26
2.4 PUREZA/RN, UM PEDACINHO DO BRASIL	26
2.4.1 Caracterização do Município de Pureza/RN	26
2.4.2 O “Olheiro”: Atrativo Natural da Cidade	28
2.4.3 Turismo Sustentável: Perspectiva Econômica em Pureza/RN	30
3 METODOLOGIA	32
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO	33
3.3 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	33
3.4 CARACTERIZAÇÃO DAS AMOSTRAS/PROCEDIMENTOS DE ESCOLHA DA AMOSTRA	33
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	35

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS DIRETAMENTE AO SEGUIMENTO DO TURISMO NA LOCALIDADE E LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DA CIDADE DE PUREZA/RN	35
4.1.1 Categoria B – Serviços e equipamentos turísticos	35
4.1.2 Categoria C – Atrativos turísticos	39
4.2 SINTETIZAÇÃO DAS AÇÕES PLANEJADAS PELO PODER PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL	41
4.3 ANÁLISE DA OPINIÃO POPULACIONAL ACERCA DAS POTENCIALIDADES DA CIDADE E A VIABILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL POR MEIO DO TURISMO	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
APÊNDICES	58
Apêndice 01: Roteiro de Entrevista	58
Apêndice 02: Modelo do questionário	59
ANEXOS	62
Anexo 1: Inventário da Oferta Turística – Categoria B	62
Anexo 2: Inventário da Oferta Turística – Categoria C	66

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a política pública nasce nos Estados Unidos por meio de uma análise e reflexão sobre a ação do governo na sociedade, fazendo-se presente em diversas áreas de atuação profissional (PETERS, B G. 1996). Nesta perspectiva, o presente trabalho abordará sobre as políticas públicas do turismo, com o enfoque no desenvolvimento da atividade turística na cidade de Pureza/RN, identificando suas potencialidades, e em que medida contribui para o desenvolvimento local.

Dentre as vastas cidades com potenciais turísticos do Rio Grande do Norte, Pureza/RN destaca-se por possuir uma fonte natural de águas cristalinas, o Balneário Coronel Onofre José Soares, nascente que é conhecida como “Olheiro” ou “Fonte”. A cidade está localizada na Micro Região do Mato Grande, à 64 km, da cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. De clima tropical, tem proximidade com destinos praianos como São Miguel do Gostoso e Touros (RN).

A cidade recebe visitantes frequentemente dos municípios vizinhos e de outras localidades, de forma espontânea. Neste cenário, a problemática consiste no ordenamento das atividades que se relacionam ao turismo, bem como, as políticas indutoras desta atividade por parte do poder público local. Além disso, há uma incipiente organização sócio-política daqueles que trabalham diretamente com estas atividades, o que acaba por corroborar com o descaso e não impulsionando o desenvolvimento local.

Nesse contexto, foram levantados os seguintes questionamentos: Existem regulamentações municipais, estaduais e/ou federais que influenciam no desenvolvimento da atividade turística? Quem está diretamente relacionado a essa prática? Quais as ações planejadas pelo poder público para o desenvolvimento turístico local? O poder público e a população local reconhecem as potencialidades da cidade como atrativo turístico e acreditam no desenvolvimento local através do turismo?

Com isso, a fim de responder a tais questionamentos, perceberemos a importância da realização deste trabalho, que trata-se de uma pesquisa básica, de natureza quantitativa e caráter exploratório. Desta forma, foram traçadas etapas para atender os objetivos específicos. E através dos instrumentos de pesquisas utilizados, que foram as categorias B e C do Inventário da Oferta

Turística identificando os atores sociais envolvidos diretamente ao segmento do turismo e realizando o levantamento das potencialidades da cidade; a entrevista ao representante do poder público municipal abordando as ações planejadas para o desenvolvimento turístico local; e a aplicação dos questionários direcionados a população local, com o propósito de saber sua opinião acerca das potencialidades da cidade e viabilidade para o desenvolvimento local através do turismo. Para assim alcançar os resultados.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a influência das políticas públicas do turismo no desenvolvimento da atividade turística na cidade de Pureza/RN.

1.1.2 Objetivos específicos:

- Identificar os atores sociais envolvidos diretamente ao seguimento do turismo na localidade;
- Levantar as potencialidades turísticas da cidade de Pureza/RN;
- Sintetizar as ações planejadas pelo poder público para o desenvolvimento turístico local;
- Analisar a opinião da população acerca das potencialidades da cidade e sua viabilidade para o desenvolvimento local por meio do turismo;

1.2 JUSTIFICATIVA

A motivação para a escolha do título abordado “A Influência das Políticas Públicas do Turismo no Desenvolvimento da Atividade Turística na cidade de Pureza/RN” surgiu a partir do conhecimento da riqueza natural como potencial para o turismo na cidade, e entendendo a necessidade de serem implantadas políticas que visem à preservação do potencial natural, bem como, identificar atividades sustentáveis complementares para o desenvolvimento turístico e local.

Contudo, falar sobre a influência das políticas públicas do turismo é importante, pois no decorrer dos anos a atividade turística vem ganhando espaço

como fonte de fomento para o desenvolvimento local, seja nos municípios ou regiões territoriais, por intermédio de projetos, planos e ações implantadas para impulsionar os governos a pensarem e melhor planejarem a forma de gerir o turismo em sua localidade, proporcionando um impacto positivo social e econômico.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para o entendimento das políticas públicas é necessário compreender que governo e Estado são conceitos distintos. O governo é uma organização ou grupo que ganha uma eleição e torna-se a autoridade que governa uma determinada unidade política por um período previamente determinado. Já o Estado é uma divisão político-geográfica a qual o governo representa, englobando os três domínios: O Poder Executivo, Poder Legislativo e o Poder Judiciário, desempenhando funções políticas, sociais e econômicas.

O estudo sobre as políticas públicas nasce nos Estados Unidos por meio de uma análise e reflexão sobre a ação do governo na sociedade. Com a intervenção estatal reduzida, a cobrança para que os governos tenham equilíbrio em seus orçamentos aumenta, e nota-se a falta políticas capazes de promoverem o desenvolvimento econômico e a inclusão social. Levantando assim, a reflexão sobre a necessidade de cumprir as tarefas governamentais por meio da implementação de políticas públicas (PETERS, B G. 1996).

Políticas públicas são diretrizes, utilizadas para nortear ações a serem desenvolvidas pelo poder público; as regras e os procedimentos para as relações entre poder público e a sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Nesse caso, apresentam-se: as políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos, como por exemplo: leis, programas, linhas de financiamentos, que servem de orientações, onde normalmente envolvem aplicações dos recursos públicos. Porém, nem sempre, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Nesta perspectiva podemos dizer que as políticas públicas visam o alcance do bem comum em todas as esferas de sua ação na sociedade. Como, por exemplo, as políticas públicas que visam o ordenamento do uso e ocupação do solo, elas objetivam o cumprimento da função social da terra. Estas políticas são

fruto de lutas sociais em uma construção coletiva ao longo dos anos e em contextos sócio históricos distintos.

Dada à importância da percepção de que no processo de construção política existem diferentes momentos, e frisando a necessidade de se conhecer de forma mais específica cada um destes, Howlett e Ramesh (1995) descrevem o processo da política pública em cinco etapas: na primeira etapa, a montagem da agenda; a segunda etapa, formulação da política; a terceira, tomada de decisão; na quarta, implementação e na quinta etapa a avaliação. Contudo, as etapas servem como parâmetro para melhor avaliar o processo, analisando desde a percepção do problema até sua implantação.

2.1.1 Políticas Públicas do Turismo no Brasil

A política de turismo pode ser definida da seguinte forma: um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual não são tomados às decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação. (GOELDNER, 2002).

Diante do contexto, é importante ter em mente que o propósito da política do turismo é proporcionar aos interessados da localidade, benefícios máximos, fornecendo estrutura, para que sejam tomadas decisões, visando o desenvolvimento turístico, reduzindo assim, os impactos negativos, e conseqüentemente ocasionando o desenvolvimento local.

O primeiro passo para as políticas públicas do turismo no Brasil, considerado consistente, está relacionada a criação do Decreto 44.863/1958 da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), na intenção de conhecer e estruturar o território brasileiro e coordenando as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo, iniciando um processo de inventariação turística com a colaboração dos estados e municípios brasileiros.

Em 1962, a COMBRATUR foi extinta, e quatro anos após, pelo Decreto Lei nº 55/1966 foi criado o Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e a Empresa Nacional do Turismo (EMBRATUR), sendo revogada pela Lei nº 8.181, de 1991, devido às mudanças de cunho político e passando a denominar-se Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo, vinculando-se à Secretaria de Desenvolvimento

Regional da Presidência da República, onde disposto em seu Art 2º tem por finalidade apoiar a formulação e coordenar a implementação da política nacional do turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Ao longo dos anos, outras políticas do turismo surgiram, e devido às características favoráveis como: o litoral, as belas praias, clima tropical, além de relevantes marcos históricos, a região nordeste foi se firmando no mercado turístico no decorrer dos tempos. Através da Embratur, foi instituído pelo Governo Federal, programas e projetos de desenvolvimento sustentável do turismo, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE).

O PRODETUR/NE foi implantado em 1992, pelo governo federal, através do Ministério dos Esportes e Turismo em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além da participação dos governos estaduais nordestinos, buscando o melhor aproveitamento territorial, tendo como foco principal a infraestrutura.

No ano de 1994, o governo federal implantou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), considerando que o programa agisse como um incentivo no processo de sensibilização, e conscientização dos vários agentes que compõem a estrutura de um determinado município. Conforme o documento oficial Embratur, Ministério do Esporte e Turismo (1999, p 11), o PNMT tinha como objetivo geral: “Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política”.

Em meados da década de 1990 e em 2001, a Embratur identificou 700 municípios com potencial para o desenvolvimento do turismo no Brasil, através de documentos intitulados "Inventário da Oferta Turística", no entanto, foi observado que somente 30 destes municípios, estavam sendo comercializados e divulgados. Levando o PMNT a elaborar uma nova metodologia para reverter esse quadro e melhor aproveitar esses destinos em potencial, oferecendo capacitações para o implemento da inventariação.

Com a criação do Ministério do Turismo (MTur), em janeiro de 2003, surgiu uma inovadora política pública, o modelo de gestão descentralizado, guiado pelo pensamento estratégico, com foco na infraestrutura turística e qualificação do turismo. Sendo assim, o Ministério do Turismo passa a cuidar do planejamento

estratégico e fomentação das regiões turísticas, e a Embratur passa a cuidar da promoção dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.

O turismo é apresentado como o segmento da economia que pode atender de forma mais completa, e superar de forma mais rápida, os desafios impostos, especialmente se for levada em consideração a grande capacidade que o turismo tem de influenciar e interferir nas desigualdades regionais, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vertentes do turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que apresentam maiores condições financeiras, visitantes estes, do país e do mundo. (MTur, 2003).

Ainda em 2003, após a criação do MTur, surgiu o primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT), a ser colocado em prática no Brasil, no período 2003-2007. O plano tinha como meta gerar novos empregos e ocupações; atrair novos turistas aos destinos brasileiros e ampliar a oferta turística, desenvolvendo pelo menos três produtos turísticos em cada estado brasileiro (BRASIL, 2003).

O segundo PNT lançado foi com o período de vigência para 2007-2010, que trouxe como título: "Uma viagem de inclusão", suas metas eram estimular as viagens internas; gerar novos empregos e ocupações; e estruturar destinos turísticos com padrão e qualidade internacional (BRASIL, 2007). Com uma lacuna no período de 2011-2012, o próximo PNT só veio a ser lançado para vigência no período de 2013-2016, com o título: "O turismo fazendo muito mais pelo Brasil", que teve como metas atrair a chegada de turistas estrangeiros ao país, através das realizações de megaeventos, como a copa do mundo em 2014, as olimpíadas e paraolimpíadas em 2016, conseqüentemente aquecendo a receita com o turismo internacional, e aumentando o número de voos internos e ocupações no setor do turismo (BRASIL, 2013).

As metas e estratégias para o Plano Nacional de Turismo, para o período 2017-2020 foram traçadas, segundo, o ministro interino do Turismo, Alberto Alves. O lançamento da nova etapa do PNT iria acontecer em março de 2017. "Não houve tempo hábil para apresentar o programa esse ano, mas até março isso vai acontecer" (2016) de acordo com diretora secretária Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo do MTur, Aparecida Maria Borges de Bezerra. No entanto, o mesmo não foi publicado na data estimada.

Para Dias (2003), nota-se que as políticas de turismo, geralmente, não são planejadas, são elaboradas e articuladas, e muitas vezes surgem de

maneira espontânea, e de acordo com as necessidades imediatas da atividade. Já Antunes (2006), diz que sem o estabelecimento e elaboração de políticas específicas, a possibilidade de melhoria é inexistente no quadro de carências sociais da população que reside em área turística.

Nessa perspectiva, desenvolvendo critérios para ordenar as atividades que se relacionam ao turismo, bem como, desenvolver a localidade, o papel da política de turismo, assim como sua abrangência, varia conforme as necessidades de cada local, diante de seus objetivos, introduzindo ações e dando direcionamento ao planejamento.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

O turismo transformou-se uma das mais importantes faces da globalização, contribuindo para diminuir as distâncias nas diversas partes do mundo. Através da atividade turística, os municípios podem compreender o seu potencial e desenvolver meios de captar recursos e aquecer a economia da sua localidade de modo sustentável. A Organização Mundial do Turismo (OMT) define sustentabilidade econômica como: “A garantia do crescimento turístico eficiente: a conciliação entre a criação de postos de trabalho com níveis satisfatórios de renda e o controle sobre os custos e benefícios dos recursos, o que garante sua continuidade para as gerações futuras.”

O turismo é uma atividade que, estando em um nível de desenvolvimento elevado, pode vir a servir de base para o impulsionamento da economia de uma região ou uma localidade específica, requerendo, uma especial atenção para os cuidados e precauções com os impactos ambientais, econômicos e socioculturais que pode ser provocado. É uma atividade que utiliza como base principal, o espaço geográfico: exigindo uma boa infraestrutura, e utilização de recursos variados e participação da população nativa. (BISSOLI, 2001).

Nesse contexto, uma localidade não depende necessariamente de ações de órgão nacional, as medidas locais de um governo municipal são capazes de atrair investimentos, basta um maior entendimento da população, quanto dos empreendedores, bem como os gestores do município, de que esse determinado território possui esse potencial para desenvolver o turismo e contribuir para o aquecimento da economia local, para que dessa forma, haja um planejamento turístico eficaz e que ambas as partes sejam beneficiadas.

Na prática, não é fácil de classificar o tipo de planejamento turístico, no entanto, deve-se frisar que as ações realizadas de forma preventiva, exigem menos recursos financeiros e humanos, à medida que é possível apresentar propostas de forma gradativa, de forma, que se viabiliza uma rotina de autofinanciamento para o desenvolvimento da atividade turística. Por outro lado, as iniciativas que ocorrem de forma corretiva, necessitam de maiores recursos, pois precisam ser eficientes para reverter um quadro problemático, que vem a ser, muitas vezes interfaces em diversos setores, exigindo investimentos conjuntos em infraestrutura básica e equipamentos turísticos e marketing, para mudar a imagem negativa da localidade. (BRAGA, 2007).

Os lugares são percebidos como referências geográficas sendo cenário para o desenvolvimento econômico. Muitas vezes a comunidade não é consultada, ela é vista como matéria neutra, seu espaço é visto pelos investidores como matéria prima para exploração, que em muitos casos trás degradação e descaracterização (XAVIER, 2007).

Os projetos do turismo que visam desenvolvimento local prescindem da consideração da experiência, dos valores, dos interesses e das expectativas das comunidades envolvidas, ou seja, fazendo-se a interação entre o turismo-mundo vivido. Tal prática tem sido apontada como alternativa aos impactos negativos trazidos pelo turismo às comunidades locais, gerando um turismo consciente com o mínimo de impacto ao ambiente, mantendo assim sua sustentabilidade econômica.

2.3 TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O meio ambiente e o turismo estão atrelados um ao outro, uma vez que o ambiente serve de base para que a atividade turística seja constituída, e quando, essa união é realizada de forma sustentável, pode apresenta diversos benefícios ao ambiente natural.

O turismo sustentável é a atividade desenvolvida para que as necessidades dos visitantes e as questões socioeconômicas das regiões sejam atendidas e superadas, enquanto os aspectos relacionados a cultura, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (MTUR, 2009).

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795, de 1999, Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II – a garantia de democratização das informações ambientais; III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999)

O turismo quando planejado, deve estipular direitos e deveres para ações desenvolvidas pelo homem sobre o território em questão, a fim de evitar que ocorram com o meio ambiente, danos irreparáveis. Educando o visitante e a população local, à importância e vulnerabilidade que se tem o potencial natural.

2.3.1 Turismo em áreas de fontes hídricas naturais

Os recursos naturais correspondem a características específicas de determinadas áreas. É necessário conciliar áreas de fontes naturais e o turismo sustentável como uma estratégia para que possa se elevar a qualidade do serviço turístico, de forma que a preservação da natureza seja mantida sempre com importância, proporcionando uma ótima oportunidade para o desenvolvimento de uma localidade.

Segundo Tulik, “Os recursos naturais básicos constituem elementos primários da oferta e, embora presentes em todos lugares, só podem ser considerados como turísticos quando explorados para tal fim” (1993 p. 27) Desta forma, serão apresentados destinos que exercem e divulgam o turismo através dos recursos hídricos:

Figura 1: Cachoeira da Formiga¹



Fonte: Marcelo Candian (2017)

A cidade de Mateiros, está localizada na região leste do Estado do Tocantins, a 310km da capital, Palmas. Nesta localidade é possível apreciar paisagens incríveis, além de dispor ao turista um belo mergulho nas águas cristalinas Verde Esmeralda, da Cachoeira da Formiga.

Figura 2: Balneário do Sol²



Fonte: Natureza Tour (2017)

Localizado às margens do Rio Formoso. O Balneário do Sol, fica na Rodovia do Turismo, à apenas 8km da capital, Bonito/MS. É um dos pontos de visitação para os turistas na localidade, um lugar perfeito para o contato com a natureza.

¹ CANDIAN, Marcelo. **Cachoeira da Formiga.** Disponível em: <https://www.feriasbrasil.com.br/viajante/index.cfm?IDUsuario=012614607817671> . Acesso em: 08 de outubro de 2017.

² Natureza Tour. **Balneário do Sol.** Disponível em: <http://www.naturezatour.com.br/balneario-do-sol/>. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

Figura 3: Lagoa Santa³

Fonte: Carolina Simiema (2017)

A 440 km de Goiânia, está localizada a cidade de Lagoa Santa, em Goiás. Conhecida pelas águas termais e medicinais, a cidade encanta por suas fontes naturais sulfurosas indicadas para turistas que quem quer relaxar e recarregar as energias.

Figura 4: Lagoa de Arituba

Fonte: Wagner Pereira (2016)

A Lagoa de Arituba, faz parte do litoral Sul do Rio Grande do Norte, à 35 km da capital, Natal. Com a bela paisagem, águas claras e uma boa estrutura de serviços, o turista, também podem desfrutar de passeios, como pedalinho e caiaque. Dispondo de serviços de bares e restaurantes nas proximidades.

³ SIMIEMA, Carolina. **Lagoa Santa.** Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/03/aguas-quentes-e-medicinais-atraem-turistas-para-lagoa-santa-em-goias.html>. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

No Brasil, os recursos hídricos de determinadas regiões já vem sendo utilizadas para o desenvolvimento da atividade turística, em casos, municípios mantem-se exclusivamente dessa atividade, assim garantindo o sustento de parte de sua população habitacional melhorando a qualidade de vida e aquecendo a economia local.

2.3.2 Legislação: Uso e ocupação de solo em áreas de fontes naturais

A Lei Federal 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a política Nacional dos Recursos Hídricos, em seu Art. 1º, baseia-se nos decorrentes fundamentos, de que a água é um bem de domínio público, sendo um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, e que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é do consumo humano e a dessedentação de animais. Onde sua gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997).

O Conselho Regional de Recursos Hídricos (CRH), publicou a resolução N°. 15, de 11 de janeiro de 2001 - Estabelecendo diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas. Onde no Art. 6º O SINGREH, os Sistemas Estaduais e do Distrito Federal de Gerenciamento de Recursos Hídricos deverá fornecer aos municípios, orientações no que diz respeito às diretrizes para promoção da gestão integrada das águas subterrâneas em seus territórios, em consonância com os planos de recursos hídricos. Em parágrafo único, é visto que essas diretrizes deverão propor mecanismos de estímulo aos municípios para a proteção das áreas de recarga dos aquíferos, bem como, a adoção de práticas de reuso e de recarga artificial, visando o aumento das disponibilidades hídricas e da qualidade da água (CRH, 2001).

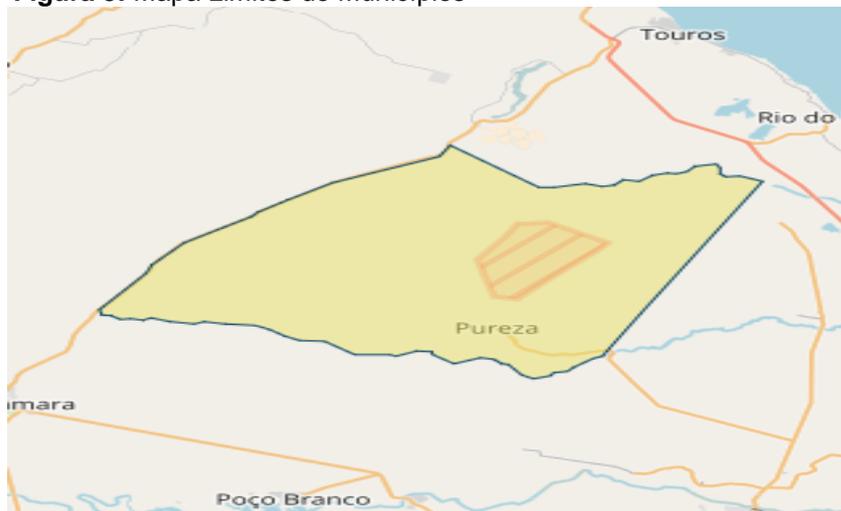
2.4 PUREZA/RN, UM PEDACINHO DO BRASIL

2.4.1 Caracterização do município de Pureza/RN

Aprovada a criação da cidade de Pureza/RN, lei N° 2.882 – de 05 de abril de 1963. O município de Pureza está localizado na Micro-Região do Mato Grande, a 64km, da cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. De clima tropical, latitude de 5 graus 28'01 sul e longitude de 35 graus 33'22 oeste o

município de pureza tem os seguintes limites: Norte: Limita-se com o município de Touros; Sul: Limita-se com os municípios de Taipú, Poço Branco e João Câmara; Leste: Limita-se com os municípios de Maxaranguape e Rio do Fogo; Oeste: Limita-se com os municípios de Touros e João Câmara.

Figura 5: Mapa Limites de Municípios⁴



Fonte: Google Maps (2017)

De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), A população do município era de aproximadamente 8.424 habitantes no ano de 2010 com estimativas de crescimento para aproximadamente 9.451 habitantes no ano de 2016. Sua área de unidade territorial em 2015 era de 504,295 km² representando aproximadamente 0.9552% do Estado. A economia da região gira em torno das ocupações relacionadas ao funcionalismo público e ao comércio.

O nome “Pureza”, como o próprio sugere, nasceu dos belos arvoredos e de sua fonte natural, hoje chamada de Balneário Coronel Onofre José Soares, com capacidade para mais de mil litros de água por minuto, que é a nascente do Rio Maxaranguape, um fenômeno de ressurgência que da formação ao principal manancial do Estado. Abastecendo cidades vizinhas, como: João Câmara, Taipú, Poço Branco e Bento Fernandes.

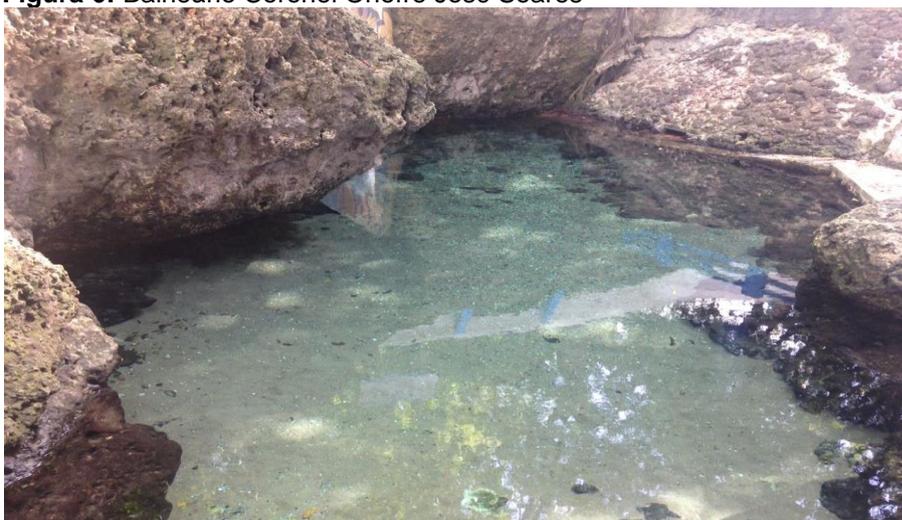
⁴ Google Maps. **Mapa Limites de Municípios.** Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Pureza>. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

2.4.2 O “Olheiro”: Atrativo natural da cidade

O atrativo turístico é considerado, o meio para captar e trazer o turista ao destino, ele é o recurso, a referência para que ocorra o desenvolvimento. O planejamento da atividade turística não está somente relacionado a investimentos, é preciso que ambos se complementem para que haja à combinação das partes constituídas. Já os recursos naturais e patrimônios existentes na localidade, devem ser sempre preservados, pois servem como matéria prima, formando a base da atividade turística. (BARRETO, 2003)

Dentre os 167 municípios do Rio Grande do Norte, Pureza/RN destaca-se por possuir uma fonte natural de águas cristalinas, a nascente é utilizada como balneário, tanto para os moradores locais, quanto para visitantes, tornando-se assim, o principal atrativo da cidade e potencial turístico.

Figura 6: Balneário Coronel Onofre José Soares



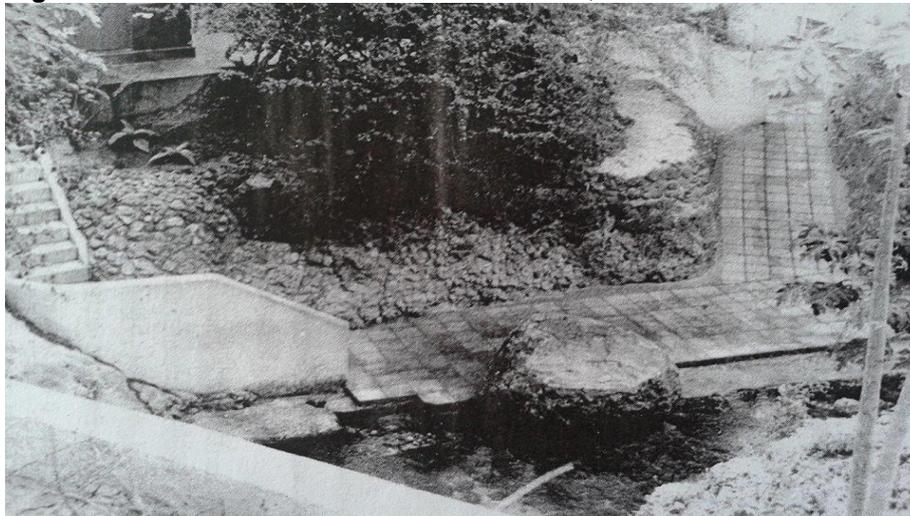
Fonte: Alex Fernandes (2017)

A utilização de balneabilidade da nascente ocorre de forma desordenada, e está provocando no Rio Maxaranguape um processo de degradação que, somando se a hábitos cotidianos dos moradores, à falta de chuvas, à exploração das águas e a falta de fiscalização vem gerando um grande impacto ambiental sobre os recursos hídricos. (OLIVEIRA, 2017).

O atrativo natural corresponde a um dos elementos do espaço geográfico paisagístico, que é representado como um importante recurso turístico. (BENI, 2003). Para tanto, é de suma importância a sua preservação.

[...] impõe-se à necessidade de se instituírem novas formas de exploração dos recursos naturais para fins turísticos, que levem em consideração as limitações de uso do atrativo e as condições de manutenção de sua existência de forma duradoura, para que futuras gerações possam usufruir o mesmo benefício (DIAS, 2003, p. 25).

Figura 7: Balneário Coronel Onofre José Soares, 1986⁵



Fonte: Pureza, Um pedacinho do Brasil (2009)

Figura 8: Balneário Coronel Onofre José Soares



Fonte: Alex Fernandes (2016)

Contudo, é indispensável à realização de um planejamento para que possa ser pensado no desenvolvimento da atividade turística de um município, deve-se espelhar em ações federais, tomadas por meio da influência das políticas públicas do turismo, de maneira que os impactos causados fiquem “[...] dentro de limites

⁵ FIGUEIREDO, Tarcicleide B. **Pureza, um pedacinho do Brasil**. Pureza, (RN) : [s.n.], 2009.

aceitáveis, para que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante ao usufruir o lugar” (DIAS, 2003, p. 21).

2.4.3 Turismo sustentável: Perspectiva econômica em Pureza/RN

A sustentabilidade tem ligação direta ao desenvolvimento econômico e material de uma localidade, desta forma, seu intuito principal é não agredir o meio ambiente, apropriando-se e utilizando de seus recursos naturais de forma inteligente para que venham a se manter no futuro. Para isso, é necessária a adoção de ações sustentáveis que venham garantir a médio e longo prazo um ambiente que apresente boas condições de vida.

Pureza/RN, neste contexto, apresenta um grande potencial turístico, que aos poucos se tornará temporário, pela falta de planejamento e necessidade de políticas indutoras para melhor aproveitamento do recurso natural que existe na localidade, que de forma espontânea atrai visitantes desordenadamente para desfrutar da fonte, como forma de “lazer”⁶. Dessa forma, à medida que, não existem ações e regras a serem seguidas para o controle dessa prática, bem como, a falta de infraestrutura para receber esses visitantes, comprometendo o futuro do potencial turístico. Desta forma, Carvalho (2005), destaca que:

Se quisermos falar de turismo seriamente, precisamos organizar nossa cidade para receber o turista de um dia, informá-lo, orientá-lo, educá-lo e transformá-lo em um turista de todo dia. Queremos que ele venha, queremos que ele volte sempre, e para tanto é necessário mostrar e exigir respeito.

O turismo é um fator de grande importância para o desenvolvimento local, mas para que possa vir a contribuir para esse desenvolvimento, primeiramente é necessário que seja levantada as potencialidades da localidade, para que possam ser utilizadas como atrativo turístico, e verificar se há outras atividades sustentáveis, para assim, o turismo ser planejado e articulado por toda sociedade do município.

⁶ O lazer é entendido como a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. É importante, como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca (...) outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 1987, p. 31).

Nesse cenário, considerando que o turista ao procurar um destino, busca vivenciar experiências, ver o diferencial do produto oferecido, busca algo diferente do que vivência na região de residência habitual. Em Pureza/RN, além da fonte que é o principal atrativo natural da cidade, também tem suas diversas atividades, que embora não sejam planejadas e trabalhadas de forma diretamente ligada ao turismo local, podem vir contribuir grandemente para a economia e desenvolvimento turístico, como por exemplo, os grupos de dança, a fabricação de artesanato, os engenhos, a produção da cachaça artesanal. Deve-se, por meio de um inventário, identificar as atrações naturais que possam ser planejadas em conjunto com a atividade turística.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à finalidade, o estudo aqui proposto trata-se de uma pesquisa básica, e tem como intuito principal, gerar novos conhecimentos, e que sejam úteis para o avanço da ciência⁷ sem uma aplicação prática prevista.

No que se refere à natureza, a pesquisa é quantiquantitativa, considerando que os resultados foram verificados e expressos por métodos estatísticos, como também, discorreram sobre a realidade existente na localidade por meio de conceitos e ideias.

(...) os estudos quantitativos e qualitativos possuem, separadamente, aplicações muito profícuas e limitações deveras conhecidas, por parte de quem os utiliza há longo tempo. Por esta razão, a construção de estudos com métodos mistos pode proporcionar pesquisas de grande relevância para a Educação como corpus organizado de conhecimento (...) (DAL-FARRA; LOPES, 2013, p.71).

Com relação à abordagem dos objetivos, a pesquisa é de caráter exploratório, de fontes primárias e secundárias. De fontes primárias, pois foi necessário ir a campo para poder identificar os atores sociais envolvidos diretamente ao seguimento do turismo na localidade e fazer o levantamento das potencialidades para o desenvolvimento turístico na cidade de Pureza/RN. De fontes secundárias, sintetizando as ações planejadas pelo poder público para o desenvolvimento turístico local e analisando a opinião da população acerca das potencialidades da cidade e sua viabilidade para o desenvolvimento local por meio do turismo.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL, 2003, p. 42).

A busca pelo objetivo torna-se mais clara, com as etapas traçadas para atender os objetivos específicos. A familiarização com o tema e os problemas,

⁷ O objetivo básico da ciência não é o de descobrir verdades ou de se constituir como uma compreensão plena da realidade. Deseja fornecer um conhecimento provisório, que facilite a interação com o mundo, possibilitando previsões confiáveis sobre acontecimentos futuros e indicar mecanismos de controle que possibilitem uma intervenção sobre eles. (FONSECA, 2002, p. 11-2)

aprimoram os conhecimentos e os encaminham para o êxito, servindo de suporte para torna-los considerações mais concisas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado na cidade de Pureza/RN, localizada na Micro-Região do Mato Grande, a 64km, da cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. De clima tropical, Pureza/RN tem proximidades aos municípios de Touros, Rio do Fogo, Maxaranguape, Taipú, João Câmara e Ceará-Mirim (RN). Atualmente o município possui aproximadamente 9.451 habitantes e sua economia gira em torno das ocupações relacionadas ao funcionalismo público e comércio.

3.3 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa proposta possui quatro sujeitos, que são eles: Os serviços e equipamentos relacionados ao turismo; As potencialidades turísticas da cidade; O poder público municipal; e a população local.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DAS AMOSTRAS/PROCEDIMENTOS DE ESCOLHA DA AMOSTRA

Amostra 1: A primeira amostra da pesquisa foi definida com identificação dos serviços e equipamentos turísticos da cidade de Pureza/RN, listados pelo MTur através do Inventário da Oferta Turística.

Amostra 2: A segunda amostra da pesquisa foi definida com o levantamento dos atrativos da cidade de Pureza/RN, listados pelo MTur através do Inventário da Oferta Turística.

Amostra 3: A terceira amostra da pesquisa foi definida com um representante do poder público no município de Pureza/RN.

Amostra 4: A quarta foi constituída por uma amostra arbitrária de 90 moradores da zona urbana da localidade, escolhidos de forma aleatória.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos de coleta e análise de dados da pesquisa foram divididos em cinco etapas:

Etapa 1: Realização de pesquisas bibliográficas com base em livros, artigos científicos, e pesquisas em sites relacionados as políticas públicas, políticas públicas do Turismo, desenvolvimento local, sustentabilidade econômica e ambiental, como: PNMT, EMBRATUR, MTUR, PNT, IBGE, Prefeitura municipal de Pureza, entre outros.

Etapa 2: A identificação dos atores sociais envolvidos diretamente ao seguimento do turismo na localidade e o levantamento das potencialidades para o desenvolvimento turístico na cidade de Pureza/RN, que foram realizados através da aplicação das categorias B e C do Inventário da Oferta Turística, disponibilizado no site do Ministério do Turismo. A categoria B está direcionada aos serviços e equipamentos turísticos, identificando o conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições para que o visitante tenha uma boa estada. Já a categoria C é destinada aos atrativos turísticos da localidade, fazendo o levantamento dos elementos da natureza, da cultura e da sociedade.

Etapa 3: Os dados obtidos, através de uma entrevista semiestruturada realizada com um representante do poder público municipal, utilizando-se um roteiro com questões de respostas abertas sobre as ações planejadas para o desenvolvimento turístico local e quais as influências das políticas públicas do turismo nesse planejamento.

Etapa 4: Os dados coletados por meio de aplicação de questionários⁸ com perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha, direcionadas a população local, abordando os seguintes pontos: a opinião acerca das potencialidades da cidade e sua viabilidade para o desenvolvimento local por meio do turismo.

Etapa 5: Análise dos dados coletados nas etapas anteriores, elaboração de gráficos estatísticos e contextualização dos resultados obtidos.

⁸ Os questionários foram adaptados do modelo aplicado em pré-teste para elaboração do artigo científico **“ATIVIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE PUREZA/RN: POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL”** no ano de 2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente capítulo trata da análise e discussão dos dados obtidos através dos instrumentos de pesquisa aplicados. As aplicações foram realizadas entre o mês de agosto e setembro de 2017 na cidade de Pureza/RN.

Com base nos instrumentos de pesquisa, foram identificados os atores sociais envolvidos diretamente ao seguimento do turismo na localidade; levantadas as potencialidades turísticas da cidade de Pureza/RN; sintetizadas as ações planejadas pelo poder público para o desenvolvimento turístico local; e analisada a opinião da população acerca das potencialidades da cidade e sua viabilidade para o desenvolvimento local por meio do turismo.

Os resultados foram divididos em três partes. A primeira atende a aplicação das categorias B e C do Inventário da Oferta Turística, disponibilizado no site do Ministério do Turismo. A segunda parte atende a entrevista realizada com o representante do poder público, onde o entrevistado foi o representante executivo do município. A terceira parte corresponde aos questionários aplicados à população da cidade de Pureza/RN.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS DIRETAMENTE AO SEGUIMENTO DO TURISMO NA LOCALIDADE E LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DA CIDADE DE PUREZA/RN

O Inventário da Oferta Turística (INVTUR) em suma divide-se em três categorias, a categoria “C” trata-se do levantamento dos atrativos turísticos, a categoria “B” busca a identificação dos serviços e equipamentos turísticos e a categoria “A” realiza o registro da infraestrutura de apoio ao turismo. A finalidade do inventário é fornecer informações para facilitar o planejamento, gestão e promoção da atividade turística de uma determinada localidade. Para obtenção dos resultados desta pesquisa, foram aplicadas as categorias “B e C” na zona urbana da cidade de Pureza/RN nos dias 13 e 14 do mês de agosto de 2017.

4.1.1 Categoria B – Serviços e equipamentos turísticos

Nesta etapa da pesquisa foi identificado o conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições para que o visitante tenha uma boa

estada, para que a atividade turística seja realizada de forma satisfatória tanto para a população, quanto para o turista, como: Os meios de hospedagem, alimentação, transportes, entre outros, como descreve Goeldner et al. (2002, p. 121):

[...] o fornecimento de hospedagem [...] é um dos negócios mais antigos do mundo. No início, os quartos de hóspedes eram parte de domicílios particulares. Depois, vieram as hospedarias e os quartos nos monastérios. Hoje, os serviços de hospedagem e alimentação têm uma importância econômica enorme.

Os serviços de hospedagem, alimentos e bebidas são fatores de grande importância para uma localidade turística. O turista busca além dos atrativos, uma infraestrutura básica de apoio, para que possam usufruir de forma satisfatória o ambiente. Na tabela 01 e 02, são listados os meios de hospedagens, alimentos e bebidas na cidade de Pureza/RN:

Tabela 01: Meios de Hospedagem

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	
Tipo de serviço	Quant. de estabelecimentos
Pousada	01
Hostel	01
Bangalô	01
Kitnet	01

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Tabela 02: Alimentos e Bebidas

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS	
Tipo de serviço	Quant. de estabelecimentos
Restaurante	05
Bar	03
Lanchonete	04
Quiosque	01
Sorveteria	01
Padaria	01

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Na tabela 03, visualiza-se o serviço de transporte da cidade, que conta com apenas uma linha de ônibus, com horários fixos, cujos destinos são: Natal e São

Miguel do Gostoso. Não dispondo de transportadora turística, locadora de carros ou agências de turismo.

Tabela 03: Transportes turísticos e Outros

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE TURÍSTICO	
Tipo de serviço	Quant. de estabelecimentos
Transporte Intermunicipal	01

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Ao se pensar em turismo, logo é levantada a questão de como chegar até ao destino almejado. Os transportes apresentam grande importância como componente do produto turístico, além de se relacionar com a economia local, ele é responsável por facilitar e incentivar o turista a conhecer a localidade.

Na tabela 04, visualiza-se os espaços e serviços para eventos, representada por uma única empresa privada. Visto que o espaço público para eventos, não tem funcionamento ativo.

Tabela 04: Equipamentos para eventos

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS	
Tipo de serviço	Quant. de estabelecimentos
Espaços e Serviços para eventos	01

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Na tabela 05, é apresentado os equipamentos e serviços de lazer da cidade de Pureza/RN. Para um determinado destino turístico os serviços de lazer apresentam grande importância como uma atividade complementar de suporte para o turista que visita o destino, bem como para a população da cidade. De acordo com Dumazedier (1973, p.34)

O lazer pode ser compreendido como: Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das ocupações profissionais, familiares e sociais.

Em busca de sair do cotidiano, das atividades rotineiras, o turista busca nos destinos turísticos, usufruir o máximo de seu tempo livre, com qualidade e com

bons serviços. Sendo assim, as atividades de lazer podem ser vistas como uma alternativa para dar suporte às atratividades do destino.

Tabela 05: Serviços de lazer

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	
Tipo de serviço	Quant. de estabelecimentos
Espaços livres e áreas verdes (Praças)	05
Instalações esportivas (Ginásio / Campo de futebol)	02
Espaço de diversão e cultura (Boate)	01
Espaços de Recreação (Sítio/Chácara de lazer)	02

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Na tabela 06, é apresentado os serviços e equipamentos complementares do turismo na cidade de Pureza/RN. A cidade dispõe de um prédio direcionado para informações turísticas, o centro de turismo, no entanto, o mesmo está sem funcionamento.

Tabela 06: Equipamentos turísticos complementares

OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	
Tipo de serviço	Quant. de estabelecimentos
Informações turísticas (Centro de turismo)	01
Entidades associativas e similares	01

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Nesta etapa foi possível identificar que a cidade de Pureza/RN já dispõe de serviços e equipamentos, operados pelos atores sociais envolvido diretamente a atividade turística na localidade, que constam no formulário da inventariação turística disponibilizado pelo Ministério do Turismo. Um fato significativo, embora ainda seja necessária uma melhor conscientização e visão de mercado por parte destes empresários, como melhorias nas estruturas físicas dos estabelecimentos e inovação, bem como, um melhor atendimento direcionado ao turista.

4.1.2 Categoria C – Atrativos turísticos

A categoria C do Inventário da oferta turística busca identificar os elementos de natureza, da cultura e da sociedade, ou seja, as ações que o destino oferece para que o turista tenha a motivação de sair do seu lugar de origem para conhecê-lo ou vivenciá-lo. Na tabela 07, será apresentado o atrativo turístico natural de Pureza/RN.

Tabela 07: Atrativos naturais

ATRATIVOS NATURAIS	
Tipo de atrativo	Quant. de atrativo
Hidrografia (Fonte)	01

Fonte: Pesquisa direta – 2017

A tabela 08 é direcionada aos atrativos culturais, importante elemento da atividade turística, também responsável por proporcionar ao turista, uma melhor experiência da localidade visitada.

De modo geral, pode-se dizer que a cultura permeia todos os segmentos de turismo, uma vez que o turista é atraído pelo diferente, pelo novo, pelo característico, desde que lhe sejam garantidos conforto e segurança. Já se disse mesmo que o turismo é um transe cultural. Qualquer que seja o motivo da viagem, haverá sempre um elemento cultural a ser consumido dentre toda a produção associada ao turismo: a gastronomia, o artesanato ou outros produtos locais, as paisagens naturais e culturais do receptivo, suas festas e celebrações, a música ao vivo nos bares e a cultura viva presente nas ruas. (MYANAKI, 2007, p. 19).

Tabela 08: Atrativos culturais

ATRATIVOS CULTURAIS	
Tipo de atrativo	Quant. de atrativo
Lugares de manifestações de fé (Cruzeiro e Memorial Pe. Cícero)	02
Lugares de referências à memórias (Narrativa Mítica da fonte)	01
Arquitetura oficial (Cadeia, sede do poder executivo e legislativo)	03
Arquitetura religiosa (Igrejas)	06
Arquitetura industrial (Engenho)	01

Arquitetura funerária (Cemitério)	01
Museu	01
Biblioteca	01
Artesanato/trabalhos manuais	*
Formas de expressão (Grupos de dança e música)	03

Fonte: Pesquisa direta – 2017

*O artesanato e atividades manuais na cidade de Pureza/RN são realizados por moradores locais, sem ponto fixo de exposição. Geralmente são expostos em feiras e eventos.

Na tabela 09, é apresentado os comerciantes varejistas da cidade de Pureza/RN. Com o levantamento realizado através do inventário, foram identificados 12 estabelecimentos atuantes no comércio varejista, são estes supermercados centrais, também responsáveis por gerar emprego e renda, aquecendo a economia local.

Tabela 09: Atividades econômicas

ATIVIDADES ECONÔMICAS	
Tipo de atividade	Quant. de estabelecimentos
Atividades econômicas (Varejistas - supermercados)	12

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Na tabela 10, visualiza-se os eventos programados na cidade de Pureza/RN. Para Morales (2012), a promoção de eventos em uma determinada localidade, contribui para que os turistas usufruam dos equipamentos e serviços turísticos existentes. Desta forma o destino tem uma melhor visibilidade e cresce o fluxo de visitantes, gerando uma melhor demanda para atividade.

Tabela 10: Eventos programados

OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	
Tipo de serviço e/ou equipamento	Quantidade
Feiras/Exposições (Associação Viva a Praça)	01
Desfiles/Passeatas (Dia da Independência)	01
Festas/Celebrações (Festa da padroeira)	01

Fonte: Pesquisa direta - 2017

Em uma ampla visão, a oferta turística está relacionada a tudo aquilo que o destino tem para oferecer e proporcionar aos turistas, ela engloba tudo e todos que compõem a localidade, aquece a economia e colabora com o seu desenvolvimento, em aspectos econômicos e sociais. É visto que a localidade dispõe de um atrativo natural, atrativos culturais e equipamentos de usufruto da população local e visitantes, embora, seja necessário um melhor planejamento local por parte do poder público e atores sociais envolvidos diretamente com a atividade turística.

4.2 SINTETIZAÇÃO DAS AÇÕES PLANEJADAS PELO PODER PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL

Nesta segunda etapa dos resultados, foi realizada a análise qualitativa dos dados obtidos com base na entrevista semiestruturada, realizada no dia 06 de setembro de 2017, aplicada ao representante do poder executivo do município de Pureza/RN, contendo 11 questões abertas.

Nas 04 primeiras questões da entrevista, abordamos aspectos básicos do turismo na localidade, como: a existência de uma secretaria específica para o turismo; sobre o reconhecimento do principal atrativo da cidade de Pureza/RN; qual o nível de importância do atrativo e seu potencial para desenvolver a atividade turística.

Verificou-se que no município já existe uma secretaria destinada ao turismo, intitulada como “secretaria de turismo e coordenação” reconhecendo a fonte como o principal atrativo da cidade e de importância por vários aspectos, relacionado à divulgação do nome da cidade para todo o país, como também na área econômica com a geração de emprego e renda para a população. Apresentando potencial para o desenvolvimento da atividade turística.

Nas questões 05 e 06 da entrevista aplicada, foram abordadas questões como a realização do inventário da oferta turística e a existência de equipamentos de infraestrutura na cidade para receber os turistas.

Identificamos com base nas respostas do representante do poder público, que no caso o entrevistado foi o representante executivo, a ausência de entendimento do que vem a ser o inventário da Oferta Turística, dar-se a entender em primeiro momento que o mesmo não havia sido realizado no município, logo em seguida sendo confirmado pelo entrevistado. No que se refere aos aspectos

de infraestrutura para a visitação da cidade, foi reconhecido que Pureza/RN deixa a desejar nesse aspecto, e de que o mesmo tem a função não só de buscar investimentos e parcerias para melhorar a infraestrutura local, como também de manter o principal atrativo em bom estado de conservação e bem tratado. Quanto sua visão com relação à iniciativa privada, existe a dependência de pessoas que tenham compromisso e condições de colocar à disposição do turista algo bem melhor do que já existe.

Fruto de uma série de transformações ocorridas no Brasil após 1994, o turismo brasileiro entrou em uma nova era. Deixando de lado a visão de que bastava a existência no País de um deslumbrante acervo ambiental para atrair consumidores de viagens e de lazer de todo o mundo, o turismo passou a ser entendido como um instrumento de desenvolvimento econômico e social, sendo para tanto necessário o estabelecimento de políticas específicas, estratégias de ação e alianças entre os setores público e privado (BARRETO, 2000, p.20).

Nesse contexto, o poder público não pode ficar dependente da iniciativa privada para estabelecer estratégias de ações, nem tampouco a iniciativa privada esperar exclusivamente do poder público, é importante que exista harmonia e parceria entre ambos. Não basta apenas existir o potencial em um dado território, faz-se necessário todo um planejamento para ocorrer o desenvolvimento econômico e social da localidade, e esse desenvolvimento depende da aliança entre os setores público e privado.

Na continuidade da entrevista se deram tais questionamentos: Qual a participação do poder público para a proteção/conservação do principal atrativo da cidade? Existe alguma lei de proteção vigente?

Foi dito estar sendo buscadas através de parcerias, atrair recursos para que o poder público possa desenvolver projetos de conservação para a fonte, ou seja, ainda não existem projetos que mantenham a fonte, principal atrativo da cidade, em bom estado de conservação. Conforme disposto no artigo 225 da constituição da República do Brasil (1988): “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações”.

Quanto a lei de proteção, na cidade de Pureza/RN, o entrevistado, diz não existir nenhuma lei de proteção vigente que ampare o seu principal atrativo, que é a fonte, um potencial natural, dentro da legalidade e legitimidade. Embora no ano

1990 tenha sido criada a Lei Orgânica do Município de Pureza, e em seu artigo 195, afirma que “a Fonte de Pureza e o Rio que dela decorre são considerados áreas de preservação ecológica, cumprindo o Poder Público Municipal, assegurar a manutenção e o manejo racional dos seus ecossistemas”. Ou seja, o próprio poder executivo, não tem posse de conhecimento sobre as leis de proteção ambiental do município.

De acordo com (BENI, 2006). A descontinuidade de gestão é um dos fatores que implicam na inexistência de diretrizes claras, objetivas e reproduzíveis tanto para o poder público, quanto para os meios privados e a comunidade, o que acaba dificultando a participação dos governos regionais e locais, assim como a iniciativa privada e da sociedade civil nos processos de planejamento e desenvolvimento sustentável do turismo. No entanto, não exige a responsabilidade do poder público com a conservação e proteção do ambiente, nem tampouco de conhecer as leis e normas estabelecidas em gestões anteriores.

Finalizando a entrevista, as três últimas questões abordaram as influências das políticas públicas do turismo para o desenvolvimento da atividade turística por parte do poder público na cidade; Quais as ações planejadas para o desenvolvimento turístico local e a opinião, se através do desenvolvimento da atividade turística é possível que ocorra o desenvolvimento local em Pureza/RN.

Foi contatada na entrevista que não existem ações em execução por parte do poder público. Uma tentativa de “organização” turística foi à construção de uma espécie de piscina após os rochedos da fonte, para atender a demanda dos visitantes. Entretanto esta construção trouxe consigo a descaracterização da fonte em sua forma natural, aprisionando a água produzida pela fonte. A partir da construção, a ocupação tornou-se desordenada em seu entorno, gerando o desenvolvimento de atividades comerciais e de lazer.

Figura 9: Balneário Coronel Onofre José Soares



Fonte: Wagner Pereira (2016)

Figura 10: Balneário Coronel Onofre José Soares



Fonte: Alex Fernandes (2017)

Segundo o entrevistado, estão sendo buscadas influências através do ministério do turismo com espelho nas políticas desenvolvidas pela secretaria de turismo do Rio Grande do Norte e assim serão elaborados projetos pela prefeitura, buscando melhorias e capacidade de desenvolver a atividade turística em Pureza/RN que apresenta um grande potencial e por consequência alcançar o desenvolvimento local. Para isso, é importante transformar a ação a ser desenvolvida de forma centrada na unidade municipal, para que as necessidades da comunidade sejam atendidas por meio de uma política pública mobilizadora, capaz de promover o processo de desenvolvimento local de forma articulada e compartilhada (BRASIL, MTur, 2004).

4.3 ANÁLISE DA OPINIÃO POPULACIONAL ACERCA DAS POTENCIALIDADES DA CIDADE E A VIABILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL POR MEIO DO TURISMO

Nesta etapa da pesquisa, para obtenção dos resultados, foram aplicados questionários a população da cidade de Pureza/RN entre o mês de agosto e setembro de 2017. Constituída por aproximadamente 9.451 habitantes, onde para obter o nível de confiança de 95% e 5% de erro amostral, fazia-se necessária a aplicação mínima de 370 questionários.

Considerando o fator limitante do tempo, foi constituída uma amostra arbitrária de 90 moradores da zona urbana da cidade, escolhidos de forma aleatória, as quais foram feitas as aplicações dos questionários formado por 10 questões, de perguntas fechadas, múltipla escolha, finalizando com uma questão aberta onde o público analisado poderia deixar suas considerações relacionadas ao assunto abordado.

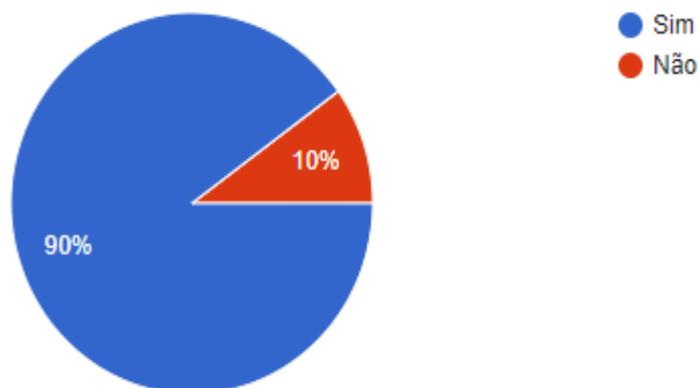
De acordo com o quantitativo do público analisado, 75,6% (n=68) é constituído pelo gênero feminino e 24,4% (n=22) pelo gênero masculino, de faixa etária variante, onde 66,7% (n=60) tem de 18 à 30 anos, 16,7% (n=15) de 31 à 40 anos, 8,9% (n=08) de 41 à 50 anos, 5,6% (n=05) maiores de 50 anos e 2,2% (n=02) menores de 18 anos. Sendo 40% (n=36) estudantes e os demais 60% (n=54) distribuídos em ocupações como: funcionários públicos, autônomos, funcionários em empresa privada e demais ocupações.

A fim de analisar a opinião da população acerca das potencialidades da cidade e sua viabilidade para o desenvolvimento local por meio do turismo, foi realizado o questionamento sobre qual o principal atrativo da cidade, servindo de parâmetro para as demais questões, onde 95,6% (n=86) das respostas apontaram a fonte como principal atrativo, 3,3% (n=03) os interiores do município e 1,1 (n=01) as festas da cidade.

Questionados sobre o nível de importância do atrativo para a cidade, 64,4% (n=58) apontaram como alto nível de importância, 22,2% (n=20) médio e 13,3 (n=12) baixo. Na sequência foi perguntado se Pureza/RN tem potencial para desenvolver a atividade turística, 90% (n=81) da população entrevista afirma ter potencial e apenas 10% (n=09) não o reconhece, (Gráfico 01). É de suma importância para o desenvolvimento da atividade turística que a comunidade local reconheça as potencialidades existentes e tenham ciência de sua importância. No

entanto, essa população deve ser conscientizada e educada para compreender impactos que o turismo pode ocasionar.

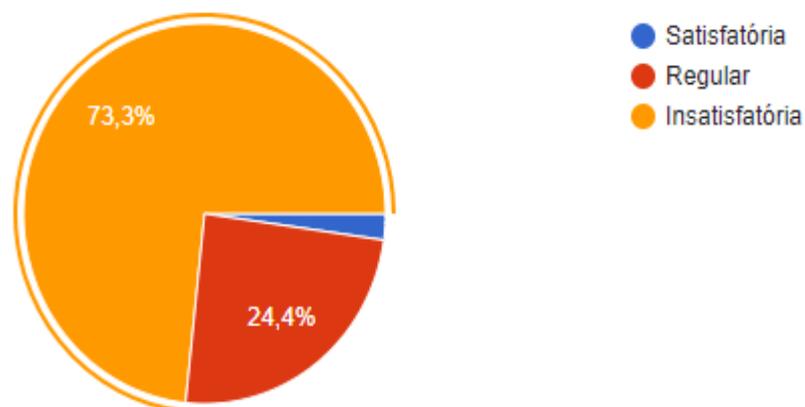
Gráfico 01: Potencial para o desenvolvimento da atividade turística



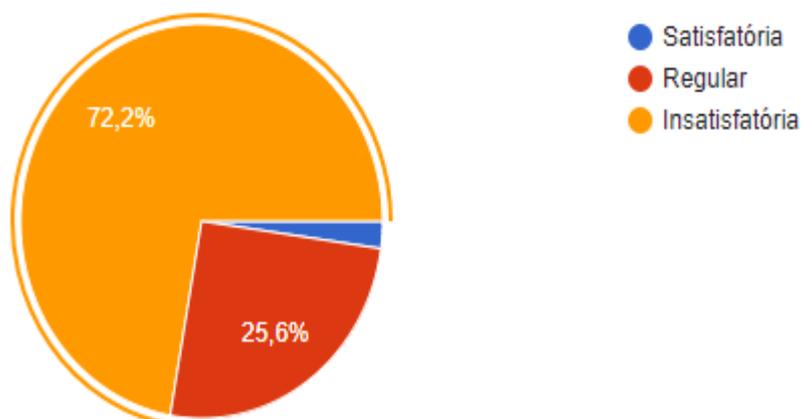
Fonte: Pesquisa direta – 2017

Embora a população amostral desta etapa da pesquisa tenha reconhecido que a cidade tem o potencial para desenvolver a atividade turística, reconhece também que a localidade não dispõe de equipamentos de infraestrutura para receber o turista, com 94,4% (n=85) das respostas, onde 5,6% (n=05) tem reconhecimento contrário. Essa divergência consiste pela falta de ordenamento das atividades que se relacionam ao turismo, uma vez que tem o potencial natural, cuja visitação já acontece de forma voluntária, onde há uma incipiente organização sócio-política daqueles que trabalham diretamente com estas atividades.

As questões 05 e 06 do instrumento de pesquisa utilizado abordam a participação da população e dos governantes para proteção e conservação do principal atrativo da cidade. 73,3% (n=66) da amostra identificam como insatisfatória a participação da população, 24,4% (n=22) regular e 2,2% (n=02) satisfatória. Com relação aos governantes, a participação para conservação e proteção da fonte é de 72,2% (n=65) insatisfatória, 25,6% (n=23) regular e 2,2% (n=02) satisfatória. Como representado nos gráficos:

Gráfico 02: Participação da população

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Gráfico 03: Participação dos governantes

Fonte: Pesquisa direta – 2017

As respostas apresentaram resultados parecidos, constatando ações insatisfatórias, tanto por parte da população quanto pelos governantes, e torna-se um fator preocupante para a sustentabilidade do ambiente. Segundo José Rubens Morato Leite, (2014). O Direito Ambiental “[...] se ocupa da natureza e futuras gerações nas sociedades de risco, admitindo que a projeção dos riscos é capaz de afetar desde hoje o desenvolvimento do futuro, que importa afetar, portanto, as garantias do próprio desenvolvimento da vida”. O atrativo quando o não conservado e protegido, seu tempo de existência diminui, inviabilizando a atividade turística para o futuro e prejudicando a sociedade que convive com aquele ambiente diariamente pela poluição e devastação que possa vir a ocorrer nele.

Questionados sobre a existência de planejamento por parte do poder público para o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Pureza/RN, 77,8% (n=70) da amostra desconhece tais planejamentos, em contrapartida, 22,2% (n=20) reconhece que existe. O que apresenta pela maior porcentagem, a ausência de políticas indutoras desta atividade por parte do poder público local.

Visto que a atividade turística em diversas regiões brasileiras atua de forma satisfatória para o aquecimento da economia local, onde, “O turismo é manifestação e contínua atividade produtiva, geradora de rendas, quase acha submetida às todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. (...) provoca indiretamente acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas através do efeito multiplicador.” (BENI, 1998), em Pureza/RN ainda é visto como uma prática insipiente quando questionados a respeito da participação do atrativo na economia da cidade, onde 52,2% (n=47) das respostas são apontadas como atuação regular, 24,4% (n=22) insatisfatória e 23,3% (n=21) satisfatória.

Além do principal atrativo turístico de uma localidade, tornam-se necessárias atividades complementares para servirem de suporte ao atrativo, melhor atender aos turistas e gerar renda para comunidade local. Com a tamanha diversidade do Brasil, a atividade turística possui características únicas dentre as demais atividades econômicas. O turismo é uma ferramenta de inclusão social e geradora de renda, estas são consideradas as principais formas de desenvolvimento de uma comunidade (IBIDEM, 2009).

A população deve ocupar espaços na economia local em prol do seu bem estar, desligando-se da dependência de cargos gerados pelo funcionalismo público e cobrando a ordenação do seu espaço. É habitual que a participação da população na economia ocorra de forma desagregada, sem união para o bem comum, sendo assim, estes grupos acabam deixando os interesses coletivos em segundo plano, enfraquecendo seus pleitos e tornando suas lutas serem desarticuladas e individualizadas, ocasionando o não desenvolvimento local.

Não sendo um caso isolado, na cidade de Pureza os eventos também são considerados atrativos. Como identificado como evento programado na categoria C, dos atrativos turísticos listados no Inventário da Oferta Turística, está exposição da Associação Viva a Praça, que propõe um resgate da cultura local através da realização de um conjunto de atividades culturais integradoras que pretendem ofertar música, dança, teatro, artesanato, sarais, recitais, concertos

entre outros de forma gratuita a população purezense e ao mesmo tempo fomentando a economia local. Este acontece mensalmente, desde sua implantação em maio de 2017.

Figura 11: Grupo de dança: Sonho de Bailarina



Fonte: Mara Capistano (2017)

Figura 12: Praça 5 de abril

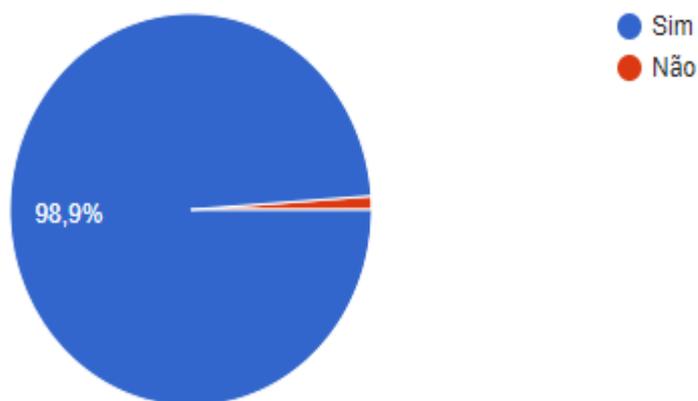


Fonte: Mara Capistano (2017)

Figura 13: Artesanato local

Fonte: Mara Capistano (2017)

A questão 09 buscou saber a opinião da população com relação ao desenvolvimento da cidade, questionando se através do desenvolvimento da atividade turística é possível que ocorra o desenvolvimento local em Pureza/RN. Onde 98,9% (n=89) das respostas foram positivas, acreditando no desenvolvimento local através do turismo e apenas 1,1% (n=1) não acredita nessa possibilidade, assim como é representada no gráfico abaixo:

Gráfico 04: Desenvolvimento local através da atividade turística

Fonte: Pesquisa direta – 2017

Contudo, é notório o reconhecimento da população com relação às perspectivas de desenvolvimento de uma localidade através da atividade turística, e para planejar e desenvolver estas atividades, a participação da comunidade torna-se fundamental para o destino, é através de um bom planejamento e ações indutoras que o turismo desenvolve a possibilidade de acontecer de forma

satisfatória, sem prejudicar o ambiente e tendo sua conservação e proteção como principal objetivo, especificamente em Pureza/RN, uma vez que apresenta um potencial natural como atrativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos anos, foram desenvolvidos e aperfeiçoados planos e ações para o desenvolvimento da atividade turística, que começou em âmbito nacional, e sua evolução atingiu os territórios regionais, estaduais e municipais, por meio de planejamentos e medidas corretivas. Neste contexto, podemos compreender de uma forma geral, que por meio dessas influências, os gestores públicos, possam vir a buscar meios e formas de atrair investimentos para impulsionar a atividade turística em sua localidade.

A partir do conhecimento da riqueza natural como potencial para o turismo na cidade de Pureza/RN, e entendendo a necessidade de serem implantadas políticas que visem à preservação do potencial natural, bem como, identificar atividades sustentáveis complementares para o desenvolvimento turístico e local, foi escolhido o título a ser trabalhado: “A Influência das Políticas Públicas do Turismo no Desenvolvimento da Atividade Turística na cidade de Pureza/RN”. Cujas metodologia escolhida foi suficiente para realização dos procedimentos e alcance dos objetivos.

Um dos grandes entraves da cidade, como tratado no trabalho, se dá pela ausência de ordenamentos da atividade turística por parte do poder público e passividade da população em busca de seus direitos e pleitos que os auxiliem na busca da qualidade de vida, além disso, há uma incipiente organização sócio-política daqueles que trabalham diretamente com esta atividade. Nesse sentido, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento da atividade na cidade, visando o bem estar da população local e a qualidade de serviço para os turistas.

Com a aplicação dos instrumentos de pesquisa, constatamos que a cidade de Pureza/RN já dispõe de serviços operados pelos atores sociais envolvidos diretamente a atividade turística, bem como, dispõe de atrativo natural, atrativos culturais e equipamentos de usufruto da população local e visitantes, embora não apresente uma infraestrutura satisfatória e seja necessária a elaboração de políticas indutoras do turismo por parte do poder público, uma vez que, não existem planos e ações em execução no município, que por sua população é reconhecido com grandes perspectivas de desenvolvimento local através do turismo.

Para o planejamento e adoção destas políticas, é importante que o poder público acredite no potencial que a cidade tem para exercer o turismo, faça o reconhecimento dos potenciais, serviços e equipamentos turísticos que compõem a localidade e esteja em comum acordo com as necessidades da população. Para tanto são sugestões agregadas ao trabalho:

- Realização do Inventário da Oferta Turística;
- Planejamento do calendário anual dos eventos da localidade;
- Articulação das ONG's e Associações em prol do turismo local;
- Conscientização nas escolas sobre a importância da proteção e conservação do ambiente natural e sua viabilidade para o turismo;
- Reuniões semestrais com os empreendedores locais, associações e população, visando o ordenamento da atividade turística;
- Manutenção efetiva da área ao redor da fonte, principal ponto turístico da cidade, bem como, nos demais pontos da cidade;
- Tomar posse e entendimento das Leis municipais sancionadas em gestões anteriores;
- Elaboração de projetos de conservação e proteção à fonte;
- Buscar nas políticas públicas, influências para desenvolver o turismo e conseqüentemente a localidade;
- Articulação com os municípios vizinhos para desenvolver um roteiro turístico;

Contudo, no caso do Município de Pureza, foi identificado que ocorre o desenvolvimento de forma espontânea e não planejada de um turismo tímido em torno de uma fonte natural e estas ações sugeridas, passariam a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento da atividade turística, para a qualidade de vida da população e aquecimento na economia local através da colaboração da iniciativa privada, ONG's e associações, assim como já ocorre em outros destinos turísticos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Rogéria. **Desenvolvimento Turístico: Um olhar sobre as comunidades receptoras**. In: RUSCHMANN, Doris. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, 2006, p. 201-218.

Banco do Nordeste. «**Prodetur - Apresentação**». Consultado em 20 de fevereiro de 2010.

BARRETO, Margarita. **Manual da iniciação ao estudo do turismo**. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.

BISSOLI, M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 2001, 170p.

BRAGA, Débora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República do Brasil**. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/download_s_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília, 2004a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Turismo e sustentabilidade**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016: O turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007a.

CANDIAN, Marcelo. **Cachoeira da Formiga**. Disponível em: <https://www.feriasbrasil.com.br/viajante/index.cfm?IDUsuario=012614607817671> . Acesso em: 08 de outubro de 2017.

DAL-FARRA, Rossano André Paulo; LOPES, Tadeu Campos. **Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013.

DALLAS. N. **Como tornar sua empresa ecologicamente responsável** (Green Business) 2009.

Decreto 44.863/1958 da **Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR**. 1958.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo, Atlas, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EMBRATUR. Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo. Brasília, EMBRATUR, 1999.

Estratégias para **Plano Nacional de Turismo**, 2017-2020. Disponível em: <http://www.mercadoeventos.com.br/feiras-e-eventos/mtur-confirma-nova-etapa-do-plano-nacional-do-turismo-2017-2020/>. Acesso em: 02/10/2017.

FERNANDES, Alex; PAIVA, Gabriela de; FELIPE, Nara Cristina. **ATIVIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE PUREZA/RN: POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**. XI SOBER NORDESTE 2016, Mossoró/RN. SOBER, 2016. Disponível em: http://www.sobernordeste2016.com.br/downloads/trabalhos_aprovados_poster.pdf Acesso em: 02 mar. 2017.

FIGUEIREDO, Tarcicleide B. **Pureza, um pedacinho do Brasil**. Pureza, (RN) : [s.n.], 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOELDNER, C.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. **Turismo. Princípios, Práticas e Filosofias**. Tradução Roberto C. Costa. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOELDNER, Charles; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Tradução: Roberto Catado costa. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Google Maps. **Mapa Limites de Municípios**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Pureza>. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

Howlett, M; Ramesh, M. **Studying Public Policy**. Canadá: Oxford University Press, 1995.

IBIDEM, 2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; **Histórico do município de Pureza/RN**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=241040>, Acesso em: 10/04/2017;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; **Infográficos do município de Pureza/RN**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=241040&search=|infigr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>, Acesso em: 10/04/2017;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; **Informações completas do município de Pureza/RN**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=241040&search=ri-o-grande-do-norte|pureza|infograficos:-informacoes-completas>, Acesso em: 10/04/2017;

INVTUR – Projeto da Oferta Turística. Disponível em: http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/jsp/sobre_invstur/, Acesso em: 24/08/2017.

Lei nº 55/1966, **Conselho Nacional do Turismo – CNTur / Empresa Nacional do Turismo – EMBRATUR. 1966.**

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PUREZA/RN, 1990.

_____. LEI 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** 1999.

_____. LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos.** 1997.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 80.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e ação comunitária.** Belo Horizonte, IV Curso de Especialização em Lazer, UFMG. 1999. Apostila. 60p. (mimeo).

_____.MORALES, Mônica Jiménez, Vela, Jordi de San Eugenio. **Identidad territorial y promoción turística: la organización de eventos como estrategia de creación, consolidación y difusión de la imagen de marca del territorio.** Zer, v 14, nº 26. P. 227- 297. 2009.

MYANAKI, Jacqueline et al. **Cultura e Turismo.** São Paulo. Ministério do Turismo. 2007. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/09caminhos.html> Acesso em: 28 de agosto 2017.

Natureza Tour. **Balneário do Sol.** Disponível em: <http://www.naturezatour.com.br/balneario-do-sol/>. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, Liliane S. C. **A Poluição Em Mananciais Pode Desencadear Efeitos Tóxicos Em Peixes? Um Estudo De Caso Para O Gênero Tilapia No Rio Maxaranguape, Pureza/Rn** - 2016. Paraíba: Campina Grande, 2017.

PAES, Taís Antunes; PAES, Neir Antunes. **O papel do endomarketing na atividade turística no município da Baía da Traição – PB.** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 71-87, 2009.

PETERS, B G. **American Public Policy.** Chatham, EUA: Chatham House, 1996.
SETUR – **Secretaria do Turismo do Rio Grande do Norte.** Disponível em: <http://natalbrasil.tur.br/setur/secretaria-de-turismo-do-rn/prodetur/> Acesso em: 24 de maio de 2017.

_____. **RESOLUÇÃO Nº. 15, DE 11 DE JANEIRO DE 2001 - Estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas.** Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/legislacao/resolucoes/cnrh/15_2001_diretrizes_aguas_subterraneas.pdf Acesso em: 22 maio 2017.

SIMIEMA, Carolina. **Lagoa Santa.** Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/03/aguas-quentes-e-medicinais-atraem-turistas-para-lagoa-santa-em-goias.html>. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

TEIXEIRA, Elinaldo C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** Salvador: Bahia, 2002.

TULIK, O. Recursos Naturais e Turismo - Tendências Contemporâneas. Turismo em Análise. v.4; n.2., 1993.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo.** Capítulo: A dimensão social envolvimento da comunidade no turismo / Herbe Xavier. – São Paulo: Aleph, 2007. – (Série Turismo)

APÊNDICES

Apêndice 01: Roteiro de Entrevista

Cargo: _____

* *Roteiro da entrevista:*

- Qual a sua função no cargo ocupado?
- O município dispõe de uma secretaria específica para o turismo?
- Qual o principal atrativo da cidade de Pureza/RN?
- Na sua opinião, qual o nível de importância do atrativo para a cidade?
- Na sua opinião, Pureza/RN tem potencial para desenvolver a atividade turística?
- A cidade dispõe de equipamentos de infraestrutura para receber o turista?
- Na cidade já foi feito o Inventário Turístico?
- Qual a participação do poder público para a proteção/conservação do principal atrativo da cidade?
- Existe alguma lei de proteção vigente?
- Quais as influências das políticas públicas do turismo na cidade?
- Quais as ações planejadas pelo poder público para o desenvolvimento turístico local?
- Na sua opinião, através do desenvolvimento da atividade turística é possível que ocorra o desenvolvimento local?

Apêndice 02: Modelo do questionário

A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA CIDADE DE PUREZA/RN

Um dado destino turístico demanda infraestruturas básicas para sua consolidação, o que requer a identificação do seu principal atrativo, bem como, atividades complementares para o seu desenvolvimento. Para que isso venha a ocorrer de forma satisfatória, é necessário interação do poder público, da população local e dos atores sociais envolvidos com a atividade.

O questionário abaixo, tem como finalidade, auxiliar no Trabalho de Conclusão de Curso do discente Alex Fernandes, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Obrigado por respondê-lo!

*Obrigatório

1. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

2. Faixa etária *

Marcar apenas uma oval.

- Menor de 18 anos
 De 18 à 30 anos
 De 31 à 40 anos
 De 41 à 50 anos
 A partir de 50 anos

3. Ocupação *

Marcar apenas uma oval.

- Estudante
 Funcionário Público
 Funcionário em empresa privada
 Autônomo
 Outro:
-

4. (1) Qual o principal atrativo da cidade Pureza/RN? (Obs: A questão servirá de parâmetro para as demais questões). * Marcar apenas uma oval.

- Igrejas
- Balneário/Fonte
- Interiores do município
- Outro:

5. (2) Na sua opinião, qual o nível de importância do atrativo para cidade? * Marcar apenas uma oval.

- Alto
- Médio
- Baixo

6. (3) Na sua opinião, Pureza/RN tem potencial para desenvolver a atividade turística? * Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. (4) Na sua opinião, a cidade dispõe de equipamentos de infraestrutura para receber o turista? * Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. (5) Na sua opinião, qual a participação da população para a proteção/conservação do principal atrativo da cidade? * Marcar apenas uma oval.

- Satisfatória
- Regular
- Insatisfatória

9. (6) Na sua opinião, qual a participação dos governantes para a proteção/conservação do principal atrativo da cidade? * Marcar apenas uma oval.

- Satisfatória
- Regular
- Insatisfatória

10. (7) Na sua opinião, existe planejamento por parte do poder público para o desenvolvimento da atividade turística? * Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

11. (8) Qual a participação do atrativo na economia da cidade? * Marcar apenas uma oval.

- Satisfatória
 Regular
 Insatisfatória

12. (9) Na sua opinião, através do desenvolvimento da atividade turística é possível que ocorra o desenvolvimento local na de Pureza/RN? * Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

(10) Deixe aqui sua colaboração: (Opcional)

ANEXOS

Anexo 01: Inventário da Oferta Turística – Categoria B

Categoria B – Serviços e equipamentos turísticos

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B1 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	B.1.1. Hoteleira e de apoio	B.1.1.1. Hotel B.1.1.2. Hotel histórico B.1.1.3. Hotel fazenda B.1.1.4. Resort B.1.1.5. Pousada B.1.1.6. Flat/apart-hotel B.1.1.7. Albergue B.1.1.8. Cama e café B.1.1.9. Alojamento de floresta B.1.1.10. Pensão B.1.1.11. Motel B.1.1.12. Colônia de férias B.1.1.13. Estalagem/hospedaria B.1.1.14. Alojamento coletivo B.1.1.15. Hospedagem conventual (mosteiro/seminário/convento) B.1.1.16. Hospedagem familiar B.1.1.17. Hotel de trânsito B.1.1.18. SPA B.1.1.19. Outros
CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B1 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE HOSPEDAGEM	B.1.2. Outro tipo de acomodação	B.1.2.1. Acampamento turístico/camping
B2 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ALIMENTOS E BEBIDAS	B.2.1. Restaurante	
	B.2.2. Bar	
	B.2.3. Lanchonete	
	B.2.4. Cafeteria	
	B.2.5. Quiosque	
	B.2.6. Barraca de praia	
	B.2.7. Sorveteria	
	B.2.8. Confeitaria/padaria	

	B.2.9. Outros	
B3 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE AGÊNCIAS DE TURISMO	B.3.1. Agência de viagem	
	B.3.2. Operadora de turismo	
	B.3.3. Agência de receptivo	
	B.3.4. Agência consolidadora	
B4 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE TURÍSTICO	B.4.1. Transportadora turística e similares	
	B.4.2. Locadoras de veículos	
	B.4.3. Outros tipos de transporte	
B5 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS	B.5.1. Espaços para eventos	B.5.1.1. Centro de convenções e feiras B.5.1.2. Parque/pavilhão/centro de exposições B.5.1.3. Auditório/salão para reuniões B.5.1.4. Outros
	B.5.2. Serviços para Eventos	B.5.2.1. Organizadora B.5.2.2. Promotora B.5.2.3. Outros serviços especializados

B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	B.6.1. Parques	B.6.1.1. Aquático B.6.1.2. Temático B.6.1.3. De diversões B.6.1.4. Outros
	B.6.2. Espaços livres e áreas verdes	B.6.2.1. Praça B.6.2.2. Jardim B.6.2.3. Parque B.6.2.4. Mirante B.6.2.5. Largo B.6.2.6. Outros
B6 – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE LAZER	B.6.3. Instalações esportivas	B.6.3.1. Estádio B.6.3.2. Ginásio B.6.3.3. Quadra B.6.3.4. Campo de golfe B.6.3.5. Campo de futebol B.6.3.6. Campo de paintball B.6.3.7. Autódromo B.6.3.8. Kartódromo B.6.3.9. Velódromo B.6.3.10. Hipódromo B.6.3.11. Pista de equitação B.6.3.12. Pista de boliche B.6.3.13. Pista de patinação B.6.3.14. Pista de skate B.6.3.15. Rampa para voo livre B.6.3.16. Piscina B.6.3.17. Outras
	B.6.4. Instalações náuticas	B.6.4.1. Marina B.6.4.2. Píer B.6.4.3. Garagem náutica B.6.4.4. Clube náutico B.6.4.5. Cais B.6.4.6. Outras
	B.6.5. Espaços de diversão e cultura	B.6.5.1. Boate/discoteca B.6.5.2. Casa de espetáculos/shows B.6.5.3. Casa de dança B.6.5.4. Cinema B.6.5.5. Clube social B.6.5.6. Centro de tradições B.6.5.7. Outros

	B.6.6. Outros espaços de recreação	B.6.6.1. Pesque e pague B.6.6.2. Pesque e solte B.6.6.3. Colha e pague B.6.6.4. Sítios/chácaras de lazer B.6.6.5. Outros
CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
B7 – OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	B.7.1. Informações turísticas	B.7.1.1. Posto B.7.1.2. Centro de atendimento B.7.1.3. Central B.7.1.4. Outros
	B.7.2. Entidades associativas e si milares	
	B.7.3. Guiamento e condução turística	B.7.3.1. Guia de turismo B.7.3.2. Monitor B.7.3.3. Condutor B.7.3.4. Outros

Anexo 02: Inventário da Oferta Turística – Categoria C

Categoria C – Atrativos turísticos

CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.1. Relevo continental	C.1.1.1. Montanha C.1.1.2. Serra C.1.1.3. Monte/morro/colina C.1.1.4. Pico/cume C.1.1.5. Chapada C.1.1.6. Tabuleiro C.1.1.7. Patamar C.1.1.8. Matakão C.1.1.9. Vale C.1.1.10. Planalto C.1.1.11. Planície C.1.1.12. Depressão C.1.1.13. Outros
	C.1.2. Zona costeira	C.1.2.1. Restinga C.1.2.2. Duna C.1.2.3. Barreira C.1.2.4. Praia C.1.2.5. Mangue C.1.2.6. Estuário C.1.2.7. Falésia C.1.2.8. Baía/ensseada/saco C.1.2.9. Península/cabo/ponta C.1.2.10. Recife/atol C.1.2.11. Ilha C.1.2.12. Arquipélago C.1.2.13. Barra C.1.2.14. Outros
C1 – ATRATIVOS NATURAIS	C.1.3. Relevo cárstico	C.1.3.1. Caverna C.1.3.2. Gruta C.1.3.3. Furna C.1.3.4. Dolina
	C.1.4. Hidrografia	C.1.4.1. Rio C.1.4.2. Riacho C.1.4.3. Córrego C.1.4.4. Arroio C.1.4.5. Lago/lagoa/laguna C.1.4.6. Alagado C.1.4.7. Fonte C.1.4.8. Outros

	C.1.5. Unidades de conservação e similares	<p>C.1.5.1. Área de proteção ambiental</p> <p>C.1.5.2. Área de relevante interesse ecológico</p> <p>C.1.5.3. Estação ecológica</p> <p>C.1.5.4. Floresta</p> <p>C.1.5.5. Monumento natural</p> <p>C.1.5.6. Parque</p> <p>C.1.5.7. Refúgio de vida silvestre</p> <p>C.1.5.8. Reserva biológica</p> <p>C.1.5.9. Reserva extrativista</p> <p>C.1.5.10. Reserva de desenvolvimento sustentável</p> <p>C.1.5.11. Reserva de fauna</p> <p>C.1.5.12. Reserva particular do patrimônio natural</p> <p>C.1.5.13. Zoológico</p> <p>C.1.5.14. Jardim botânico</p> <p>C.1.5.15. Outras</p>
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.1. Conjunto arquitetônico	<p>C.2.1.1. Urbano</p> <p>C.2.1.2. Rural</p> <p>C.2.1.3. Industrial</p> <p>C.2.1.4. Ferroviário</p> <p>C.2.1.5. Outros</p>
	C.2.2. Comunidades tradicionais	<p>C.2.2.1. Quilombola</p> <p>C.2.2.2. Indígena</p> <p>C.2.2.3. Ribeirinha</p> <p>C.2.2.4. De imigração</p> <p>C.2.2.5. Extrativista</p> <p>C.2.2.6. Outras</p>
	C.2.3. Sítios arqueológicos	<p>C.2.3.1. Lítico</p> <p>C.2.3.2. Cerâmico</p> <p>C.2.3.3. Lítico-cerâmico</p> <p>C.2.3.4. Estrutura de pedra</p> <p>C.2.3.5. Estrutura de terra</p> <p>C.2.3.6. Arte rupestre</p> <p>C.2.3.7. Sambaqui</p> <p>C.2.3.8. Outros</p>
CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.4. Sítios paleontológicos	<p>C.2.4.1. Floresta fóssil</p> <p>C.2.4.2. Restos fósseis ou em processo de fossilização</p> <p>C.2.4.3. Moldes, rastros, pegadas</p> <p>C.2.4.4. Outros</p>

C.2.5. Itinerários culturais	C.2.5.1. Histórico C.2.5.2. Religioso/espiritual C.2.5.3. Relacionado a lendas/mitos/ narrativas associadas C.2.5.4. Relacionado a fatos históricos C.2.5.5. Outros
C.2.6. Parques históricos	C.2.6.1. Arqueológico C.2.6.2. Geoparque C.2.6.3. Histórico C.2.6.4. Outros
C.2.7. Lugares de manifestações de fé	C.2.7.1. Romaria e procissão C.2.7.2. Culto C.2.7.3. Encontro para manifestação de fé C.2.7.4. Referencial para mitos e narrativas de fé C.2.7.5. Visitação de cunho religioso C.2.7.6. Outros
C.2.8. Lugares de referências à memória	C.2.8.1. Acontecimento histórico C.2.8.2. Referencial para narrativa mítica C.2.8.3. Ritual e celebração C.2.8.4. Outros
C.2.9. Feiras/mercados de caráter cultural	
C.2.10. Arquitetura civil	C.2.10.1. Casa/casarão/sobrado/solar C.2.10.2. Casa de comércio C.2.10.3. Educandário/colégio/escola C.2.10.4. Liceu C.2.10.5. Universidade C.2.10.6. Coreto C.2.10.7. Palácio/palacete C.2.10.8. Chalé C.2.10.9. Chafariz/fonte/bica C.2.10.10. Hospital C.2.10.11. Orfanato/creche C.2.10.12. Asilo C.2.10.13. Quinta C.2.10.14. Outras

C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.11. Arquitetura oficial	C.2.11.1. Casa de câmara e cadeia C.2.11.2. Paço municipal C.2.11.3. Cadeia C.2.11.4. Casa de intendência C.2.11.5. Casa de fundição C.2.11.6. Casa de alfândega C.2.11.7. Fórum/tribunal C.2.11.8. Residência oficial C.2.11.9. Sede do poder executivo/ legislativo/judiciário C.2.11.10. Outras
	C.2.12. Arquitetura militar	C.2.12.1. Bateria C.2.12.2. Baluarte C.2.12.3. Bastião C.2.12.4. Fortim C.2.12.5. Forte C.2.12.6. Fortaleza C.2.12.7. Quartel C.2.12.8. Colégio C.2.12.9. Vila militar C.2.12.10. Outras
	C.2.13. Arquitetura religiosa	C.2.13.1. Igreja C.2.13.2. Basílica C.2.13.3. Catedral C.2.13.4. Sé C.2.13.5. Santuário C.2.13.6. Capela C.2.13.7. Ermida C.2.13.8. Abadia C.2.13.9. Oratório C.2.13.10. Casa paroquial C.2.13.11. Casa capitular C.2.13.12. Casa da providência C.2.13.13. Palácio arquiépiscopal C.2.13.14. Mosteiro C.2.13.15. Seminário C.2.13.16. Convento C.2.13.17. Outras

	C.2.14. Arquitetura industrial/ agrícola	C.2.14.1. Engenho C.2.14.2. Moinho/usina C.2.14.3. Celeiro C.2.14.4. Alambique/vinícola C.2.14.5. Fábrica C.2.14.6. Casa de operários C.2.14.7. Fazenda C.2.14.8. Senzala C.2.14.9. Casa de chácara/sítio/fazenda/engenho C.2.14.10. Outras
CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.15. Arquitetura funerária	C.2.15.1. Panteão C.2.15.2. Mausoléu C.2.15.3. Cruzeiro C.2.15.4. Túmulo C.2.15.5. Memorial C.2.15.6. Cemitério C.2.15.7. Outras
	C.2.16. Marcos históricos	C.2.16.1. Divisão territorial C.2.16.2. Referência à história C.2.16.3. Relativos a festas e rituais C.2.16.4. Outros
	C.2.17. Obras de infraestrutura	C.2.17.1. Viaduto/ponte C.2.17.2. Túnel C.2.17.3. Caixa-d'água C.2.17.4. Aqueduto C.2.17.5. Trapiche/pier C.2.17.6. Marina C.2.17.7. Porto C.2.17.8. Quebra-mar/molhe C.2.17.9. Barragem/represa C.2.17.10. Farol C.2.17.11. Estrutura ferroviária C.2.17.12. Estrutura rodoviária C.2.17.13. Estrutura aeroportuária C.2.17.14. Rotunda C.2.17.15. Elevador/funicular C.2.17.16. Viaduto C.2.17.17. Torre C.2.17.18. Outras
	C.2.18. Obras de interesse artístico	C.2.18.1. Bens integrados à edificação C.2.18.2. Bens integrados à paisagem ou ao espaço urbano C.2.18.3. Outras

	C.2.19. Ruínas	
	C.2.20. Museu/memorial	
	C.2.21. Biblioteca	
	C.2.22. Centros culturais/casas de cultura/galerias	
	C.2.23. Teatros/anfiteatros	
	C.2.24. Cineclubes	
C2 – ATRATIVOS CULTURAIS	C.2.25. Gastronomia típica e preparação de alimentos	C.2.25.1. Receitas típicas e tradicionais C.2.25.2. Técnicas de produção e processamento de alimentos C.2.25.3. Outras
	C.2.26. Artesanato/trabalhos manuais	C.2.26.1. Cerâmica C.2.26.2. Escultura C.2.26.3. Bordado C.2.26.4. Cestaria C.2.26.5. Mosaico C.2.26.6. Tricô/crochê C.2.26.7. Entalhe C.2.26.8. Renda C.2.26.9. Fotografia C.2.26.10. Tecelagem C.2.26.11. Papel machê C.2.26.12. Macramê C.2.26.13. Plumária C.2.26.14. Bijuteria C.2.26.15. Dobradura C.2.26.16. Marcenaria/marchetaria C.2.26.17. Gravura C.2.26.18. Pátina e texturização C.2.26.19. Cartonagem C.2.26.20. Pintura C.2.26.21. Decupagem C.2.26.22. Topiaria/arranjos florais C.2.26.23. Outros

	C.2.27. Atividades tradicionais de trabalho	C.2.27.1. Agricultor C.2.27.2. Pescador C.2.27.3. Seringueiro C.2.27.4. Garimpeiro C.2.27.5. Quebrador de coco C.2.27.6. Fotógrafo lambe-lambe C.2.27.7. Carpinteiro C.2.27.8. Peão C.2.27.9. Outras
	C.2.28. Formas de expressão	C.2.28.1. Música C.2.28.2. Dança C.2.28.3. Literária/oral C.2.28.4. Cênica/performática C.2.28.5. Outras
	C.2.29. Personalidades	
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.1. Extrativista	C.3.1.1. Mineral C.3.1.2. Vegetal C.3.1.3. Animal
CATEGORIA	TIPO	SUBTIPO
C3 – ATIVIDADES ECONÔMICAS	C.3.2. Agropecuária	C.3.2.1. Agricultura C.3.2.2. Pecuária C.3.2.3. Aquicultura C.3.2.4. Silvicultura C.3.2.5. Outras
	C.3.3. Comercial	C.3.3.1. Atacadista C.3.3.2. Varejista
	C.3.4. Industrial	C.3.4.1. Petrolífera C.3.4.2. Automobilística C.3.4.3. Têxtil C.3.4.4. Alimentícia C.3.4.5. Coureira C.3.4.6. Joalheira C.3.4.7. Madeireira C.3.4.8. Ceramista C.3.4.9. Outras
	C.3.5. Tecnológica	
C4 – REALIZAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS CONTEMPORÂNEAS	C.4.1. Parque tecnológico	
	C.4.2. Centro de pesquisa	

	C.4.3. Usinas e outras estruturas de geração de energia	C.4.3.1. Hidrelétrica C.4.3.2. Termoelétrica C.4.3.3. Nuclear C.4.3.4. Eólica C.4.3.5. Solar C.4.3.6. Outras
	C.4.4. Barragem/eclusa/açude	
	C.4.5. Planetário	
	C.4.6. Aquário	
	C.4.7. Viveiro	
	C.4.8. Outras	
C5 – EVENTOS PROGRAMADOS	C.5.1. Feiras/exposições	
	C.5.2. Congressos	
	C.5.3. Convenções	